

**Cómo citar este trabajo:** Santos Marinho, Ruan Jesus y Cúnico, Sabrina Diana (2026). Capacitismo Afetivo-Sexual e a disputa pela legitimidade do desejo autista nas redes sociais. *Revista del Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades*, 17 Pp:01-17. <https://doi.org/10.46661/relies.13192>

# Capacitismo Afetivo-Sexual e a disputa pela legitimidade do desejo autista nas redes sociais

Affective-Sexual Ableism and the Dispute over the Legitimacy of Autistic Desire on Social Networks

**Ruan Jesus Santos Marinho**

Universidade Salgado de Oliveira  
contato@majesa.com.br

<https://orcid.org/0000-0001-6292-3685>

**Sabrina Daiana Cúnico**

Universidade Salgado de Oliveira  
sabrinaunico@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0003-2198-9957>

**Recepción:** 25.03.2026

**Aceptación:** 11.05.2026

**Publicación:** 11.05.2026



Este trabajo se publica bajo una licencia de Creative Commons Reconocimiento-NoComercial 4.0 Internacional.

## Resumo

Este estudo analisou como a sexualidade autista é produzida, contestada e negociada nas redes sociais a partir das narrativas de criadores de conteúdo autistas que produzem conteúdo adulto e das reações do público expressas nos comentários de suas publicações. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e interpretativa, desenvolvida por meio de análise de redes sociais. O corpus foi constituído por vídeos publicados nas redes sociais TikTok, Instagram e X, bem como por comentários públicos associados a esses conteúdos. A análise temática realizada permitiu identificar três categorias centrais: Diagnóstico sob suspeita, Capacitismo afetivo-sexual e a deslegitimação do desejo autista, e Reivindicação da agência afetivo-sexual. Os resultados mostram que quando pessoas autistas tornam pública sua sexualidade, sua autonomia ou sua participação em circuitos eróticos, o diagnóstico tende a ser colocado sob suspeita, ao mesmo tempo em que emergem discursos que associam o autismo à infantilização, à assexualidade ou à incapacidade de consentimento. Em contraposição, os criadores de conteúdo analisados mobilizam narrativas de autoafirmação que reivindicam o direito de desejar, sentir prazer e ser reconhecidos como sujeitos legítimos no campo afetivo-sexual. Conclui-se que a sexualidade autista nas redes sociais se configura como um campo de disputa de narrativas, no qual normas capacitistas são tensionadas por estratégias de resistência e afirmação identitária. O estudo contribui para o aprofundamento das discussões sobre capacitismo afetivo-sexual de pessoas autistas e para a compreensão das redes sociais como espaços contemporâneos de produção de estigma, contestação e reconhecimento.

Palabras clave: autismo; sexualidade; capacitismo afetivo-sexual; redes sociais; neurodiversidade.

## Abstract

This study analyzed how autistic sexuality is produced, contested, and negotiated on social media, based on the narratives of autistic content creators who produce adult content and the public's reactions expressed in the comments on their posts. This is a qualitative, exploratory, and interpretive study, developed through social network analysis. The corpus consisted of videos published on the social media platforms TikTok, Instagram, and X, as well as public comments associated with this content. The thematic analysis identified three central categories: Diagnosis under suspicion, Affective-sexual ableism and the delegitimization of autistic desire, and Claiming affective-sexual agency. The results show that when autistic people make their sexuality, autonomy, or participation in erotic circuits public, the diagnosis tends to be placed under suspicion, while discourses emerge that associate autism with infantilization, asexuality, or inability to consent. In contrast, the content creators analyzed mobilize narratives of self-affirmation that claim the right to desire, feel pleasure, and be recognized as legitimate subjects in the affective-sexual field. It is concluded that autistic sexuality on social media is configured as a field of contested narratives, in which ableist norms are challenged by strategies of resistance and identity affirmation. The study contributes to deepening discussions on the affective-sexual ableism of autistic people and to understanding social media as contemporary spaces for the production of stigma, contestation, and recognition.

Key words: autism; sexuality; affective-sexual ableism; social media; neurodiversity.

## 1 Introdução

A sexualidade de pessoas autistas tem sido historicamente atravessada por regimes de silêncio, suspeição e tutela. Embora o debate contemporâneo sobre neurodiversidade tenha tensionado leituras estritamente biomédicas do autismo, a experiência afetivo-sexual de sujeitos autistas ainda permanece, em grande medida, regulada por discursos que os associam à incapacidade relacional, à infantilização e à assexualidade (Brilhante et al., 2021). Nesse cenário, o reconhecimento social do autista como sujeito desejante continua sendo frequentemente atrelado a expectativas normativas de cognição, comunicação, autonomia e inteligibilidade social (Hervas & Pont, 2020; Otoni & Maia, 2019).

Essa dinâmica não pode ser compreendida somente como efeito de preconceitos individuais, pois trata-se, também, de um processo social mais amplo, vinculado ao que Catala (2023) denomina neuronormatividade, isto é, um regime de expectativas que estabelece formas presumidamente legítimas de funcionamento cognitivo, afetivo e interacional. No caso do autismo, tais expectativas tendem a ser organizadas por visões estereotipadas e patologizantes, nas quais a identidade autista é socialmente reconhecida apenas quando acompanhada de marcas visíveis de déficit, dependência ou inadequação (Lo Bosco, 2023). Quando sujeitos autistas demonstram autonomia, performam competência comunicativa ou tornam pública sua sexualidade, o diagnóstico passa a ser colocado sob suspeita, como se a experiência autista legítima devesse necessariamente coincidir com a performance social da incapacidade (Benson, 2023).

No campo da sexualidade, esse processo torna-se ainda mais agudo. Como apontam Foucault (1988) e Louro (2000), a sexualidade não constitui mera expressão natural da vida privada, mas um dispositivo histórico de poder, no qual discursos, normas e práticas regulam quem pode desejar, quem pode ser desejado e sob quais condições determinadas experiências se tornam inteligíveis. Quando articulado ao capacitismo, esse dispositivo produz efeitos específicos sobre corpos e subjetividades neurodivergentes, restringindo sua legitimidade afetivo-sexual. Em outras palavras, pode-se afirmar que o capacitismo opera como regime moral que hierarquiza corpos e mentes segundo ideais de funcionalidade, autonomia e normalidade (Campbell, 2008; Mello, 2016). Ou seja, quando deslocado para o campo da intimidade, esse regime assume a forma do que aqui se compreende como capacitismo afetivo-sexual, que conforme formulado por Marinho (2026) em sua dissertação que investigou a sexualidade de jovens autistas, é a deslegitimação da possibilidade de pessoas autistas desejarem, amarem ou serem desejadas, reduzindo-as à tutela permanente e à suspeita sobre sua agência sexual.

Não obstante, a literatura sobre sexualidade e deficiência já indicou que pessoas com deficiência são frequentemente situadas entre representações aparentemente opostas, mas igualmente desumanizantes (Maia, 2011). De um lado, emerge a figura do sujeito puro, assexual e infantilizado e de outro, a do corpo desviante, excessivo ou perigoso, cuja sexualidade é percebida como inadequada ou ameaçadora (Ballan, 2011; Brilhante et al., 2021; Maia & Ribeiro, 2010). No caso do autismo, essas representações se articulam de maneira particularmente intensa, sobretudo quando sujeitos autistas passam a ocupar espaços públicos de visibilidade erótica e expressão do desejo (Lo Bosco, 2023). Nesses casos, a presença do corpo autista em esferas de sexualidade pública parece produzir reações de estranhamento e repulsa, como se esse corpo rompesse a matriz de

inteligibilidade que delimita quais sujeitos podem ser reconhecidos como afetivo-sexuais (Butler, 2018).

Entretanto, se a literatura tem avançado na crítica à infantilização e ao silenciamento da sexualidade autista, ainda são escassos os estudos que examinam como essas disputas se manifestam nas redes sociais contemporâneas, especialmente em contextos nos quais sujeitos autistas produzem conteúdo adulto e tornam pública sua vida afetivo-sexual. Essa lacuna é relevante porque as plataformas digitais vêm se consolidando como espaços centrais de circulação de discursos e narrativas sobre identidade, corpo, desejo e pertencimento, funcionando simultaneamente como arenas de exposição, vigilância, estigmatização e resistência. Nesses ambientes, sujeitos autistas não somente narram suas experiências, mas também enfrentam reações públicas que revelam imaginários sociais persistentes sobre quem pode ou não ser reconhecido como sujeito desejante.

É nesse ponto que o presente estudo se insere. Partindo da análise de vídeos produzidos por criadores de conteúdo autistas que publicitam sua sexualidade e seu trabalho com conteúdo adulto, bem como dos comentários do público em resposta a essas narrativas, este artigo busca analisar como a sexualidade autista é produzida, contestada e negociada nas redes sociais a partir das narrativas de criadores de conteúdo autistas que produzem conteúdo adulto e das reações do público expressas nos comentários de suas publicações.

O argumento central que orienta a análise é que a presença de criadores de conteúdo autistas em plataformas digitais de conteúdo adulto evidencia uma disputa em torno da legitimidade da sexualidade autista. Enquanto comentários reproduzem representações capacitistas que associam o autismo à infantilidade, à incapacidade e à assexualidade, os próprios criadores de conteúdo mobilizam estratégias de narrativas de afirmação identitária e reivindicação da agência afetivo-sexual, tensionando normas sociais que regulam quem pode ou não ser reconhecido como sujeito sexual.

Ao articular neurodiversidade, sexualidade e cultura digital, pretende-se contribuir para o aprofundamento das discussões sobre capacitismo afetivo-sexual e para a compreensão das redes sociais como espaços contemporâneos de produção de capacitismo afetivo-sexual, contestação e reivindicação de reconhecimento da sexualidade de pessoas autistas.

## **2 Método**

### **2.1 Delineamento do estudo**

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e interpretativo, orientada pela análise de conteúdos produzidos em ambientes digitais. A pesquisa qualitativa busca compreender fenômenos sociais em sua complexidade, privilegiando a interpretação contextualizada de práticas, discursos e significados construídos socialmente, em vez da mensuração de variáveis isoladas (Cardano, 2017). Nesse tipo de investigação, o método é ajustado às características do objeto investigado, permitindo uma análise aprofundada dos sentidos produzidos em contextos sociais específicos.

Considerando que o fenômeno investigado ocorre em ambientes digitais e plataformas de redes sociais, a pesquisa adotou como estratégia metodológica a análise de redes sociais enquanto campo de produção de interações, discursos e práticas socioculturais mediadas por tecnologias digitais (Souza & Quandt, 2008). As redes sociais não são compreendidas apenas como meios de comunicação, mas como espaços sociais nos quais sujeitos produzem narrativas sobre si, constroem identidades, estabelecem relações e participam de disputas simbólicas e discursivas.

Nesse sentido, as plataformas digitais constituem arenas contemporâneas de visibilidade, reconhecimento, estigmatização e resistência, tornando-se espaços privilegiados para a análise de

discursos sociais, processos de normatização e disputas de significado em torno de identidades, corpos e sexualidades.

## 2.2 Corpus da pesquisa

O corpus da pesquisa foi constituído por conteúdos publicados em plataformas digitais e pelas interações textuais associadas a esses materiais. Foram analisados vídeos produzidos por dois criadores de conteúdo autistas, homens de 19 e 21 anos, que abordam explicitamente temas relacionados ao autismo, à sexualidade e à produção de conteúdo adulto em redes sociais.

Ambos os criadores mantêm perfis ativos nas plataformas *TikTok*, *Instagram* e *X*, bem como em plataformas de conteúdo adulto por assinatura, como o *Privacy*, uma plataforma online criada em 2016 que permite a criadores venderem conteúdos exclusivos, como fotos, vídeos e transmissões ao vivo, diretamente aos assinantes. Embora os criadores também possuam perfis em plataformas pagas, o material produzido nesses espaços não foi incluído na análise, tendo em vista seu caráter restrito de acesso.

Ainda assim, o fato de esses sujeitos ocuparem plataformas destinadas à produção e comercialização de conteúdo erótico constitui, por si só, um elemento relevante para a análise, na medida em que tensiona expectativas sociais que historicamente não reconhecem pessoas autistas como sujeitos capazes de produzir, habitar e ser reconhecidos em espaços associados ao desejo, à sexualidade e à exposição do corpo.

Ao todo, o corpus analisado foi composto por 13 vídeos publicados nas plataformas *TikTok*, *Instagram* e *X*, bem como 24 comentários públicos realizados por usuários nessas mesmas plataformas. Os comentários selecionados foram aqueles que apresentavam conteúdo explicitamente relacionado às temáticas investigadas, como questionamentos sobre o diagnóstico de autismo, críticas à sexualidade autista ou manifestações de julgamento moral sobre a produção de conteúdo adulto.

O recorte temporal da coleta de dados compreendeu o período entre janeiro de 2025 e fevereiro de 2026, contemplando conteúdos publicados nesse intervalo e que estavam disponíveis publicamente nas plataformas analisadas. A inclusão dos comentários justifica-se pelo fato de que as redes sociais funcionam como espaços de interação nos quais usuários expressam posicionamentos, compartilham interpretações e constroem sentidos coletivos sobre determinados fenômenos sociais. Dessa forma, os comentários foram considerados parte fundamental do material empírico analisado e por isso foram incluídos.

## 2.3 Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio da observação sistemática de conteúdos publicados e das interações textuais associadas a esses conteúdos nas plataformas digitais selecionadas. A análise de redes sociais, nesse contexto, permite acompanhar a circulação de discursos, as formas de interação entre usuários e os processos de construção de narrativas públicas, possibilitando compreender como determinados temas são negociados, contestados ou legitimados nos ambientes digitais (Souza & Quandt, 2008). Dessa forma, as redes sociais foram tratadas como campo empírico de produção discursiva, no qual comentários, vídeos e interações configuram material de análise para compreender processos sociais, culturais e políticos relacionados à sexualidade, ao autismo e ao capacitismo.

Foram selecionados vídeos que abordavam diretamente o tema da pesquisa, considerando critérios como: relevância temática para o problema de pesquisa; alcance e engajamento dos conteúdos; e presença de interações discursivas nos comentários. Os dados coletados incluíram as transcrições dos vídeos e os comentários públicos associados. Todo o material foi organizado em um banco de dados textual, possibilitando a sistematização do corpus e sua posterior análise qualitativa. A

observação realizada buscou mapear padrões narrativos, posições de enunciação, formas de legitimação de saberes e disputas de significado presentes nas interações digitais.

## 2.4 Procedimentos de análise dos dados

Os dados foram analisados por meio da Análise Temática reflexiva, conforme proposta por Braun e Clarke (2023). A análise temática consiste em um método qualitativo voltado à identificação, organização e interpretação de padrões de significado presentes em um conjunto de dados, permitindo a construção de temas analíticos que sintetizam regularidades de falas relevantes para a questão de pesquisa.

A análise foi conduzida de forma indutivo-interpretativa e orientada pelo referencial teórico da pesquisa, reconhecendo o papel ativo do pesquisador na produção da interpretação analítica. Nessa perspectiva, os temas não emergem automaticamente dos dados, mas são construídos a partir de um processo reflexivo que articula o material empírico com os conceitos teóricos mobilizados na investigação (Braun & Clarke, 2023). O processo analítico seguiu seis etapas principais: (1) Familiarização com os dados; (2) Codificação inicial; (3) Construção inicial de temas; (4) Revisão e refinamento dos temas; (5) Definição e nomeação dos temas; e (6) Produção da interpretação analítica.

Para auxiliar na organização e na apresentação dos resultados, foi elaborado um mapa temático com o objetivo de explicitar o percurso analítico realizado. A construção das subcategorias buscou responder à necessidade de diferenciar sentidos próximos, mas não equivalentes. Assim, os códigos relacionados à suspeição diagnóstica foram agrupados na categoria “Diagnóstico sob suspeita”, enquanto os códigos referentes à infantilização, patologização, moralização da sexualidade e deslegitimação do desejo foram reunidos na categoria “Capacitismo afetivo-sexual e a deslegitimação do desejo autista”. Por sua vez, os códigos vinculados às respostas dos criadores, às narrativas de desejo, às experiências de exclusão relacional e às formas de autonomia foram organizados na categoria “Reivindicação da agência afetivo-sexual”.

Dessa forma, a Tabela 1 apresenta não apenas os códigos iniciais, mas também sua organização em subcategorias interpretativas, permitindo maior clareza sobre os critérios utilizados na construção dos temas e maior rastreabilidade do processo analítico. A construção desse recurso visual contribuiu para tornar a interpretação mais clara, permitindo visualizar as conexões entre os significados que emergiram da análise. Os códigos analíticos foram compreendidos como unidades de significado recorrentes identificadas no corpus, representando formas específicas pelas quais os discursos sobre autismo, sexualidade e legitimidade afetivo-sexual eram articulados nas interações analisadas. Posteriormente, esses códigos foram agrupados em subcategorias interpretativas e categorias temáticas mais amplas, buscando garantir coerência conceitual e transparência analítica no processo de interpretação dos dados. A Tabela 1 pode ser vista a seguir:

Tabela 1 - Mapa Temático

CATEGORIA ANALÍTICA	SUBCATEGORIA	CÓDIGOS AGRUPADOS
Diagnóstico sob suspeita	Invalidação da identidade autista	invalidação diagnóstica; negação diagnóstica; suspeição sobre autenticidade; questionamento da identidade
	Neuronormatividade e performance do déficit	surpresa diante da autonomia; deslegitimação do discurso; sexualidade usada para deslegitimar
Capacitismo afetivo-sexual e a deslegitimação do desejo	Infantilização e assexualização	infantilização; sexualidade incompatível com o autismo; percepção de incapacidade sexual; exclusão afetivo-sexual
	Moralização e patologização da sexualidade autista	patologização; moralização da sexualidade; julgamento moral; deslegitimação da motivação; acusação de vitimização
	Violência simbólica e hostilidade capacitista	hostilidade capacitista; insulto capacitista; violência simbólica; policiamento da sexualidade
Reivindicação da agência afetivo-sexual	Afirmação do desejo autista	afirmação da sexualidade autista; afirmação do desejo sexual; reivindicação do desejo autista; descoberta da sexualidade
	Contestação de estereótipos neuronormativos	explicação do espectro autista; crítica ao estereótipo do autismo; pressão de normatividade
	Vulnerabilidade afetiva e exclusão relacional	dificuldade de flerte; dificuldade de leitura social; impacto do autismo nas relações; rejeição amorosa baseada no diagnóstico; solidão social; rejeição social; dificuldade em aplicativos; discriminação social; julgamento da comunicação autista

Fonte: Elaborada pelos autores

## 2.5 Considerações éticas

A pesquisa utilizou exclusivamente conteúdos disponíveis em ambientes digitais de acesso público. Ainda assim, foram adotados cuidados éticos na apresentação dos resultados, evitando a identificação direta dos criadores de conteúdo e os comentaristas, preservando a privacidade dos participantes. Trechos de comentários eventualmente citados foram apresentados de forma anonimizada, de modo a garantir a proteção da identidade dos participantes. Além disso, a análise buscou respeitar princípios éticos de pesquisa em ambientes digitais, reconhecendo a necessidade de equilíbrio entre acesso público à informação e proteção da integridade dos sujeitos envolvidos.

### 3 Resultados e Discussão

A análise dos conteúdos produzidos pelos criadores autistas nas plataformas digitais, bem como dos comentários realizados por usuários em resposta a esses conteúdos, permitiu identificar um conjunto de sentidos sociais mobilizados em torno da sexualidade autista, da legitimidade do diagnóstico e da presença de sujeitos autistas em espaços de expressão afetivo-sexual na internet. A partir da observação e interpretação dessas narrativas digitais, emergem tensões entre, de um lado, crenças sociais que associam o autismo à incapacidade, à infantilização e à assexualidade e, de outro, práticas discursivas nas quais os próprios criadores de conteúdo reivindicam sua legitimidade como sujeitos desejantes e produtores de conteúdo erótico. A seguir, apresentam-se as três categorias analíticas identificadas na análise dos dados.

#### 3.1 Categoria 1: Diagnóstico sob Suspeita

A análise dos comentários e dos vídeos produzidos pelos criadores de conteúdo revelou a recorrência de um padrão discursivo marcado pela suspeição sobre a legitimidade do diagnóstico de autismo quando os sujeitos analisados demonstram autonomia social, comunicativa ou afetivo-sexual. Comentários como *“é mentira que ele é autista”*, *“você não tem cara disso”* ou ainda questionamentos indiretos sobre a autenticidade da identidade autista indicam que o reconhecimento social do autismo continua fortemente condicionado a expectativas estereotipadas sobre como uma pessoa autista deve se comportar. Nesse sentido, os dados sugerem que a legitimidade do diagnóstico não é somente uma questão biomédica, mas também uma construção social regulada por expectativas normativas sobre o que significa *“parecer autista”*.

Essa dinâmica pode ser compreendida à luz do conceito de neuronormatividade, desenvolvido por Catala (2023) e discutido também por Benson (2023). A neuronormatividade refere-se ao conjunto de pressupostos culturais que definem quais formas de funcionamento cognitivo e comportamental são consideradas normais ou legítimas, estabelecendo parâmetros implícitos para julgar a adequação das pessoas a esses padrões. No caso do autismo, tais expectativas tendem a reproduzir representações estereotipadas baseadas no modelo médico tradicional, no qual o autista é frequentemente imaginado como alguém socialmente incapaz, emocionalmente distante ou permanentemente dependente (Marinho, 2026). Quando sujeitos autistas demonstram autonomia, capacidade comunicativa ou expressão sexual, esses comportamentos entram em tensão com o imaginário neuronormativo que associa o autismo a uma performance constante de déficit.

Nos dados analisados, essa tensão torna-se particularmente visível quando os criadores produzem conteúdos que explicitam sua sexualidade ou sua autonomia profissional. Em um dos vídeos analisados, o criador responde diretamente a um comentário que afirmava que ele *“não tinha cara de autista”*, explicando que o autismo constitui um espectro e que não existe uma aparência específica que determine quem pode ou não ser reconhecido como autista. Ao afirmar que *“o autismo não é um personagem, não é uma estética”*, o criador de conteúdo evidencia justamente a inadequação das expectativas sociais que buscam reduzir a condição a um conjunto fixo de traços visíveis.

Essa dinâmica também pode ser compreendida a partir do conceito de injustiça epistêmica formulado por Fricker (2007), segundo o qual determinados sujeitos têm sua credibilidade sistematicamente diminuída em função de preconceitos estruturais associados à sua identidade social. No caso analisado, observa-se uma situação em que a palavra do sujeito autista é considerada

menos confiável simplesmente por ele pertencer a um grupo social historicamente estigmatizado. Assim, quando os comentários afirmam que o criador de conteúdo “*não é autista*” ou sugerem que o diagnóstico seria uma estratégia de engajamento, eles não apenas expressam discordância, mas também retiram do próprio sujeito autista a autoridade de narrar sua experiência e definir sua identidade.

Estudos recentes sobre epistemologia da deficiência e autismo têm demonstrado como esse tipo de deslegitimação é particularmente comum em contextos nos quais pessoas autistas reivindicam autoridade sobre suas próprias vivências (Brilhante et al., 2021; Marinho, 2025). Nesse sentido, Désormeaux-Moreau (2024) aponta que sujeitos autistas frequentemente enfrentam uma dupla barreira, pois além das dificuldades estruturais impostas por ambientes socialmente pouco acessíveis, eles também precisam lidar com a desconfiança sistemática em relação às suas narrativas sobre si mesmos. Tal dinâmica reforça hierarquias epistêmicas nas quais o conhecimento sobre o autismo continua sendo considerado mais legítimo quando produzido por especialistas ou observadores externos do que quando articulado pelos próprios sujeitos autistas.

Outro elemento relevante para compreender essa suspeição diagnóstica diz respeito ao fenômeno da camuflagem social, também discutido por Désormeaux-Moreau (2024). A camuflagem refere-se às estratégias desenvolvidas por muitas pessoas autistas para adaptar seu comportamento às expectativas sociais dominantes, frequentemente aprendendo ao longo da vida a imitar padrões de comunicação e interação considerados socialmente aceitáveis. Essas estratégias podem permitir que sujeitos autistas naveguem com relativa funcionalidade em ambientes predominantemente neurotípicos, mas também contribuem para que sua condição seja frequentemente invisibilizada ou questionada. Assim, quando esses indivíduos posteriormente se identificam publicamente como autistas, o público tende a interpretar sua capacidade de adaptação como evidência de que o diagnóstico seria inválido.

Nos vídeos analisados, essa tensão apareceu de forma recorrente quando os criadores respondem à acusação de que sua autonomia profissional, comunicativa ou afetivo-sexual seria incompatível com o autismo. Ao afirmarem que vender conteúdo adulto, manter relações afetivas ou comunicar-se bem nas redes sociais não altera sua condição diagnóstica, os criadores explicitam o conflito entre suas experiências vividas e as expectativas neuronormativas que moldam a percepção pública sobre o autismo. Em um dos vídeos analisados, um dos criadores afirma:

eu não sei qual que é a ideia que vocês tem sobre autismo, geralmente é uma coisa muito estereotipada sabe? (...) eu até entendo esse pensamento, mas assim, eu sou autista gente eu não sou broxa.

A fala evidencia como a sexualidade e a autonomia passam a funcionar, no imaginário social, como elementos incompatíveis com aquilo que culturalmente se espera de uma pessoa autista. Dessa forma, o que está em jogo não é apenas a veracidade do diagnóstico, mas a própria disputa sobre quem possui legitimidade para definir o que significa ser autista.

Em síntese, os dados indicam que a suspeição sobre o diagnóstico emerge quando os sujeitos autistas analisados rompem com a performance socialmente esperada do déficit. A presença de autistas em espaços de visibilidade pública, especialmente em contextos que envolvem autonomia econômica, sexualidade e produção de conteúdo adulto, desafia representações historicamente construídas sobre o autismo como condição associada à incapacidade e à dependência. Como resultado, o diagnóstico torna-se objeto de contestação pública, evidenciando que o reconhecimento social da identidade autista continua profundamente condicionado por normas neuronormativas que delimitam quais formas de existência são consideradas plausíveis ou legítimas.

### 3.2 Categoria 2: Capacitismo afetivo-sexual e a deslegitimação do desejo autista

Se na categoria anterior observou-se que a legitimidade do diagnóstico autista passa a ser questionada quando os sujeitos analisados não performam o déficit esperado, nesta categoria emerge um segundo movimento temático igualmente significativo: a deslegitimação do desejo autista. Nos comentários analisados, a sexualidade das pessoas autistas apareceu frequentemente associada à impossibilidade, à inadequação moral ou mesmo à suspeita de ilegalidade. Expressões como *“autistas nunca estarão no Tinder”* e *“autista com conteúdo pornográfico?”* revelam um imaginário social no qual a sexualidade autista é percebida como algo incongruente, impróprio ou potencialmente transgressor.

Esse fenômeno pode ser compreendido a partir do conceito de capacitismo, amplamente discutido por Campbell (2008), que define o capacitismo como um sistema de crenças e práticas que estabelece hierarquias entre corpos considerados normais e corpos considerados deficientes. Nesse regime normativo, a deficiência é frequentemente associada à incapacidade, à dependência e à falta de autonomia, produzindo um julgamento moral implícito segundo o qual pessoas com deficiência seriam menos aptas para determinadas experiências sociais. No contexto brasileiro, Mello (2016) destaca que o capacitismo opera não somente como preconceito individual, mas como uma estrutura social que regula expectativas sobre quem pode ocupar determinados espaços, exercer determinadas funções ou reivindicar certos direitos.

Quando essa lógica é aplicada ao campo da sexualidade, ela produz aquilo que pode ser denominado capacitismo afetivo-sexual, conceito que tem sido mobilizado por Marinho (2026) para descrever as formas pelas quais o desejo, o amor e a agência sexual de pessoas com deficiência são sistematicamente deslegitimados. Nesse contexto, o corpo autista deixa de ser reconhecido como um corpo desejante e passa a ser enquadrado em uma posição de tutela permanente, como se a experiência afetivo-sexual fosse algo incompatível com sua condição. Tal dinâmica aparece de maneira explícita nos comentários analisados, nos quais a presença de autistas em espaços de expressão erótica ou de busca por relacionamentos é frequentemente tratada como algo paradoxal ou inadequado, como no comentário: *“sexualizar autismo agr [sic] (agora) é moda?”*.

Essa deslegitimação do desejo autista também pode ser compreendida a partir dos chamados mitos sexuais sobre a deficiência, amplamente discutidos na literatura sobre sexualidade e deficiência. Estudos como os de Maia e Ribeiro (2010) e Brilhante et al. (2021) mostram que pessoas com deficiência são frequentemente situadas em uma dicotomia simbólica que oscila entre duas representações aparentemente opostas, mas igualmente limitadoras. De um lado, aparece a figura do sujeito assexual, infantilizado e puro, muitas vezes descrito metaforicamente como um anjo, cuja sexualidade seria inexistente ou irrelevante. De outro, surge a representação do corpo desviante ou perigoso, cuja sexualidade seria percebida como inadequada ou ameaçadora.

Nos comentários analisados, a infantilização aparece associada à ideia de que pessoas autistas não poderiam ocupar legitimamente espaços de desejo, sedução ou sexualidade. Comentários como *“quando foi que o autismo parou de ser doença?”* revelam um imaginário social no qual o autismo continua sendo associado à incapacidade relacional e à dependência. Nesse contexto, o sujeito autista é deslocado simbolicamente para uma posição de pureza ou ingenuidade compulsória, como se o exercício da sexualidade fosse incompatível com sua condição.

Essa lógica reforça aquilo que Maia e Ribeiro (2010) descrevem como o mito da assexualidade da pessoa com deficiência, no qual determinados corpos passam a ser percebidos como corpos sem desejo ou sem legitimidade para desejar. No caso do autismo, tal representação se articula

diretamente com expectativas neuronormativas que associam o sujeito autista à dificuldade de autonomia emocional, afetiva e sexual. Dessa forma, a negação da sexualidade autista não opera apenas como ausência de reconhecimento, mas também como um mecanismo de controle social sobre quais corpos podem ou não ocupar o lugar de sujeitos afetivo-sexuais legítimos.

Para além da infantilização, os dados também evidenciam movimentos de moralização e patologização da sexualidade autista. Em diversos comentários, a expressão do desejo por pessoas autistas foi tratada como inadequada, perigosa ou moralmente questionável. A afirmação de que *“é crime ficar com autista”*, por exemplo, revela uma lógica segundo a qual o relacionamento com uma pessoa autista seria percebido como uma violação moral ou legal, como se o sujeito autista fosse permanentemente incapaz de consentir.

Essa reação pode ser compreendida à luz das reflexões de Butler (2018) sobre a matriz de inteligibilidade social. Para a autora, as sociedades operam a partir de sistemas normativos que definem quais corpos e quais formas de desejo podem ser reconhecidos como legítimos. Assim, corpos que escapam a esses enquadramentos frequentemente tornam-se difíceis de compreender dentro das categorias disponíveis, sendo posicionados nas fronteiras da inteligibilidade social. Quando isso ocorre, a reação social pode assumir a forma de estranhamento, repulsa ou rejeição.

Nesse sentido, o choque expresso em comentários como *“eu fico aqui pensando que fazer s3x0 com você pode ser interpretado como estup... [sic] [estupro] de vulnerável”* pode ser interpretado como uma reação diante daquilo que rompe as fronteiras da norma. Ao ocupar um espaço tradicionalmente associado à performance da sexualidade, como o mercado de conteúdo adulto, o corpo autista desafia expectativas sociais profundamente enraizadas sobre quem pode ou não ser reconhecido como sujeito afetivo-sexual. Esse deslocamento produz uma espécie de curto-circuito simbólico, no qual o autismo, historicamente associado à incapacidade relacional, passa a coexistir com práticas de autonomia afetivo-sexual e econômica.

Dessa forma, a noção de abjeção formulada por Kristeva (2024) contribui para aprofundar essa interpretação, pois o abjeto emerge quando algo rompe as fronteiras simbólicas que organizam a ordem social, produzindo reações de repulsa ou rejeição diante daquilo que não pode ser facilmente classificado. No caso analisado, o corpo autista que expressa desejo e participa do mundo erótico ocupa precisamente essa posição liminar: ele não se encaixa plenamente nem na categoria do sujeito afetivo-sexual normativo nem na figura tradicionalmente construída do autista como sujeito incapaz ou infantilizado. Como resultado, sua presença tende a provocar reações de estranhamento que buscam restaurar as fronteiras da norma por meio da ridicularização, da moralização ou da negação de sua legitimidade.

Além da infantilização e da patologização, os comentários analisados também evidenciaram formas explícitas de hostilidade capacitista dirigidas aos criadores de conteúdo autistas. Em diferentes interações, a sexualidade autista foi alvo de ridicularização, desumanização e policiamento moral, revelando como determinados sujeitos são continuamente posicionados como inadequados para ocupar espaços de visibilidade afetivo-sexual.

Nesses casos, a violência simbólica opera não somente através da negação direta da legitimidade do desejo autista, mas também por meio da produção de constrangimento público e humilhação social. Comentários que ironizam a sexualidade autista ou associam o desejo autista à anormalidade reforçam processos de exclusão simbólica que delimitam quem pode ou não ser reconhecido como desejável, desejante ou sexualmente legítimo.

Assim, os comentários analisados não somente expressam opiniões individuais sobre os criadores de conteúdo, mas refletem estruturas culturais mais amplas que regulam a sexualidade de pessoas autistas. Ao negar a possibilidade de que autistas possam desejar, amar ou ser desejados, esses discursos reforçam um regime capacitista que restringe o reconhecimento social da agência afetivo-sexual neurodivergente. Visto o cenário, a presença de criadores autistas em plataformas digitais de conteúdo adulto não só desafia estereótipos sobre o autismo, mas também expõe as fronteiras normativas que delimitam quem pode ser reconhecido como sujeito afetivo-sexual.

### 3.3 Categoria 3: Reivindicação da agência afetivo-sexual

A categoria anterior abarcou as tentativas de empurrar o corpo autista para as margens da inteligibilidade sexual por meio de discursos capacitistas. Por outro lado, os vídeos analisados revelaram também um movimento distinto: a reivindicação explícita da agência afetivo-sexual autista. Nos conteúdos publicados, os criadores de conteúdo não somente responderam às críticas recebidas, mas também produziram narrativas que afirmam o desejo, o prazer e a legitimidade de suas experiências afetivo-sexuais. Nesse sentido, os vídeos operam como espaços de elaboração subjetiva e também como arenas de disputa simbólica, nas quais a sexualidade autista deixa de ser silenciada e passa a ser enunciada publicamente.

Para Foucault (1988), a sexualidade não é simplesmente uma dimensão privada da vida, mas um dispositivo de poder historicamente regulado por discursos médicos, morais e jurídicos que definem quem pode falar sobre sexo, quem pode exercê-lo e sob quais condições. Nesse contexto, reivindicar a própria sexualidade não é um mero gesto individual, mas também um ato político que desafia regimes normativos de controle dos corpos e dos desejos. Na mesma direção, Louro (2000) destaca que a sexualidade constitui um campo de disputas simbólicas no qual identidades e experiências dissidentes frequentemente tensionam normas sociais aparentemente naturais.

Nos vídeos analisados, esse tensionamento apareceu de forma explícita quando os criadores responderam a comentários que questionavam sua legitimidade como sujeitos afetivo-sexuais. Ao afirmar, por exemplo, “*vai ter autista no [mostrou um totem de faturamento do Privacy e omitiu a verbalização da palavra se referindo], sim*”, um dos criadores de conteúdo mobiliza uma estratégia narrativa que desmonta diretamente o estereótipo da assexualidade autista. Essa afirmação, aparentemente simples, carrega uma dimensão política importante: ela rompe com a expectativa social de que o autista deva ocupar uma posição de inocência permanente ou de incapacidade relacional. Nesse sentido, como aponta Marinho (2026), todo corpo é um corpo desejante, e negar essa dimensão a determinados sujeitos constitui uma forma de exclusão simbólica.

Outrossim, para Butler (2018), as normas que regulam gênero, sexualidade e corporeidade se mantêm através da repetição de práticas e discursos que parecem naturais. No entanto, quando essas normas são reiteradas por sujeitos que escapam às expectativas dominantes, elas podem produzir efeitos de deslocamento e contestação. Nos vídeos analisados, os criadores de conteúdo ocupam justamente espaços associados à performance pública da sexualidade, como o mercado de conteúdo adulto, para afirmar suas experiências autistas. Ao fazê-lo, eles não somente participam desses espaços, mas também os reconfiguram simbolicamente, introduzindo corpos e subjetividades que tradicionalmente foram excluídos dessas narrativas.

Esse gesto se articula à Teoria Crip, amplamente debatida por McRuer (2021). Tal teoria propõe uma crítica às normas de capacidade corporal e cognitiva que estruturam a organização social, evidenciando como a chamada capacidade obrigatória se articula com expectativas normativas sobre sexualidade, produtividade e autonomia. Nessa perspectiva, a presença de sujeitos autistas

em espaços de produção de conteúdo erótico pode ser lida como um gesto de *cripping*, isto é, de apropriação e subversão de um espaço normativo para expor as contradições das expectativas capacitistas, como representado pela fala de um dos criadores de conteúdo: “*a minha pipa sobe [fazendo alusão ao pênis] e é bonita, todo mundo que viu elogiou*”. Ao ocupar esses espaços com corpos e experiências neurodivergentes, os criadores de conteúdo tornam visíveis os limites das narrativas que associam a deficiência à incapacidade de desejar ou de ser desejado.

Ao mesmo tempo, os vídeos também revelam dimensões mais complexas das experiências afetivo-sexuais autistas, especialmente quando os criadores narram episódios de rejeição amorosa, dificuldades de interação e sentimentos de solidão. Em um dos relatos analisados, um dos criadores afirma:

(...) eu tô tendo umas conversas com os caras e eles falam: nossa, por que que você fica falando desse jeito aí? (...) nossa, você fala de um jeito tão estranho! Os vídeos, eles acabam descobrindo minhas redes sociais e falam: nossa! seus vídeos são tão estranhos! E cara, eles só querem pessoas parecidas com eles mesmos, tipo super padrões que falam de um jeito super normal agem de um jeito normal, tá ligado?

O trecho anterior reforça a ideia de que parece existir uma performance neurotípica da sexualidade e das expressões afetivo-sexuais que gera um custo considerável para aqueles que não se adequam à norma. Nesse sentido, como abordado por Marinho (2025), a pessoa autista passa a ser feita duplamente abjeta: de um lado, pela própria condição autista; de outro, pelo efeito da não performance neurotípica de expressão afetivo-sexual. Em outro dos relatos analisados, por exemplo, um criador de conteúdo descreve ter sido bloqueado por uma pessoa com quem pretendia sair após ela descobrir seu diagnóstico de autismo. Esse tipo de experiência evidencia como as normas sociais que regulam a desejabilidade continuam operando como barreiras concretas na vida cotidiana.

É importante, contudo, evitar interpretar essas experiências a partir de uma perspectiva estritamente deficitária. Nesse ponto, o conceito de problema da dupla empatia, formulado pelo pesquisador autista Milton (2012), oferece uma lente analítica importante ao argumentar que as dificuldades de interação entre pessoas autistas e neurotípicas não devem ser compreendidas como resultado exclusivo de déficits sociais do autista, mas como fruto de um descompasso mútuo entre formas distintas de perceber, interpretar e expressar experiências sociais. Assim, as dificuldades relatadas pelos criadores de conteúdo não refletem necessariamente uma incapacidade intrínseca, mas sim um contexto social que privilegia formas neurotípicas de comunicação e relacionamento, frequentemente pouco sensíveis à diversidade neurocognitiva.

Por fim, a afirmação pública da sexualidade, como no relato de um dos criadores de conteúdo a seguir: “*eu sou metade disso [aponta para emojis que aparecem na tela simbolizando safadeza, ejaculação e fogo] e metade lerdinho*”, pode ser compreendida como uma recusa em performar a neurotipicidade esperada, o que Walker & Raymaker (2021) chamam de *neuroqueer* (p. 9), constituindo uma forma de resistência cultural e política. Ao expressarem abertamente suas experiências de desejo, suas dificuldades afetivas e suas trajetórias de autonomia nas redes sociais, os criadores de conteúdo analisados realizam uma práxis *neuroqueer*, pois se recusam a ocupar a posição de docilidade e invisibilidade frequentemente atribuída aos sujeitos autistas e afirmam sua existência em termos próprios.

Assim, os vídeos analisados não somente contestam a ideia de que pessoas autistas seriam assexuadas ou incapazes de relações afetivas, mas também produzem novas narrativas sobre a sexualidade autista no espaço público digital. Ao reivindicar sua condição de sujeitos desejantes, esses criadores de conteúdo deslocam as fronteiras simbólicas que delimitam quem pode ou não

ser reconhecido como legítimo no campo do desejo. Nesse processo, a sexualidade deixa de ser apenas um atributo individual e passa a operar como um território de resistência política, no qual corpos neurodivergentes afirmam sua presença e reivindicam o direito de existir, desejar e ser desejados (Marinho, 2026).

#### **4 Considerações Finais**

O presente estudo buscou analisar como a sexualidade autista é produzida, contestada e negociada discursivamente em redes sociais a partir das narrativas de criadores autistas que produzem conteúdo adulto e das reações do público expressas nos comentários de suas publicações. A análise evidenciou que a presença desses sujeitos em espaços digitais de expressão afetivo-sexual desencadeia um conjunto de disputas simbólicas em torno da legitimidade do diagnóstico, da agência afetivo-sexual e do lugar social do corpo autista no campo do desejo.

Os resultados indicaram que a sexualidade autista nas redes sociais opera como um campo de disputa narrativa atravessado por regimes neuronormativos de inteligibilidade. Inicialmente, observou-se que o diagnóstico autista tende a ser colocado sob suspeita quando os sujeitos analisados não performam a incapacidade socialmente esperada. Em seguida, verificou-se que essa suspeição se articula a discursos de capacitismo afetivo-sexual que associam o autismo à infantilização, à assexualidade ou à impossibilidade de consentimento, restringindo o reconhecimento social do autista como sujeito legítimo do desejo. Por outro lado, os vídeos produzidos pelos criadores revelaram estratégias discursivas de afirmação identitária e reivindicação da agência afetivo-sexual autista, nas quais desejo, prazer, solidão, vulnerabilidade e busca por relações afetivas são narrados a partir da própria experiência vivida.

Nesse sentido, a análise das interações digitais mostrou que a sexualidade autista não apenas desafia representações historicamente construídas sobre o autismo, mas também evidencia os mecanismos sociais que regulam quem pode ou não ser reconhecido como sujeito desejante. Enquanto determinadas narrativas procuram manter o corpo autista nas margens da inteligibilidade sexual, os próprios criadores de conteúdo produzem contra-narrativas que tensionam tais limites e tornam visíveis experiências afetivo-sexuais frequentemente silenciadas.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para o aprofundamento das discussões sobre capacitismo afetivo-sexual, ampliando a compreensão de como discursos capacitistas operam especificamente na regulação social da sexualidade e das relações afetivas de pessoas autistas. Ao articular esse conceito com perspectivas provenientes da neurodiversidade, da teoria crip, dos estudos neuroqueer e das discussões sobre inteligibilidade social, a pesquisa evidencia como determinadas formas de desejo são reconhecidas como legítimas enquanto outras permanecem socialmente interditas. Além disso, o estudo contribui para aproximar os debates sobre deficiência, neurodivergência e sexualidade das discussões contemporâneas sobre cultura digital, produção de subjetividades e disputas por reconhecimento nas plataformas online.

Apesar dessas contribuições, a pesquisa apresenta algumas limitações que devem ser consideradas. Em primeiro lugar, o estudo concentrou-se em um recorte específico de criadores autistas masculinos que produzem conteúdo adulto em plataformas digitais. Não foram encontrados perfis de mulheres autistas produtoras de conteúdo adulto dentro dos critérios estabelecidos para a pesquisa, questão que merece ser explorada em estudos futuros a fim de investigar possíveis especificidades interseccionais relacionadas a gênero, sexualidade e neurodivergência. Além disso, a análise foi realizada exclusivamente a partir de conteúdos públicos disponíveis nas redes sociais,

o que implica trabalhar com narrativas mediadas pelas dinâmicas performativas e algorítmicas próprias desses ambientes digitais.

Diante dessas limitações, pesquisas futuras podem ampliar o escopo investigativo explorando a produção de conteúdo de um número maior de criadores autistas, bem como incluindo outras plataformas digitais nas análises. Estudos que articulem análise de conteúdo online com entrevistas em profundidade junto a produtores autistas de conteúdo podem contribuir para compreender de maneira mais detalhada os significados atribuídos por esses sujeitos às suas experiências afetivo-sexuais e às estratégias mobilizadas para lidar com o estigma, a exposição pública e os atravessamentos capacitistas presentes nas redes sociais.

Por fim, os resultados deste estudo sugerem que as redes sociais vêm se configurando como espaços importantes para a emergência de narrativas autistas que desafiam representações tradicionais sobre deficiência, sexualidade e desejo. Ao tornar visíveis experiências afetivo-sexuais frequentemente silenciadas, os criadores de conteúdo analisados não somente reivindicam o direito de existir como sujeitos desejantes, mas também tensionam os próprios limites sociais que historicamente definiram quem pode ou não ser reconhecido como sujeito legítimo da sexualidade. Nesse processo, a sexualidade autista deixa de ocupar exclusivamente o lugar da abjeção, da tutela ou do silêncio e passa a constituir um território de disputa política, reconhecimento social e produção de novas possibilidades de existência neurodivergente no campo do desejo

Para el formato, utilice la función de estilos de Word.

## Bibliografía

Ballan, M. S. (2011). *Parental perspectives of communication about sexuality in families of children with autism spectrum disorders*. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 42(5), 676–684. <https://doi.org/10.1007/s10803-011-1293-y>

Benson, K. J. (2023). *Perplexing presentations: Compulsory neuronormativity and cognitive marginalisation in social work practice with autistic mothers of autistic children*. *The British Journal of Social Work*, 53(3), 1445–1464. <https://doi.org/10.1093/bjsw/bcac229>

Braun, V., & Clarke, V. (2023). *Toward good practice in thematic analysis: Avoiding common problems and becoming a knowing researcher*. *International Journal of Transgender Health*, 24(1), 1–6. <https://doi.org/10.1080/26895269.2022.2129597>

Brilhante, A. V. M., Filgueira, L. M. A., Lopes, S. V. M. U., et al. (2021). “Eu não sou um anjo azul”: A sexualidade na perspectiva de adolescentes autistas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(2), 417–423. <https://www.scielo.br/j/csc/a/CLJhwP677n6865nSVZW78hf/>

Butler, J. (2018). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Editora José Olympio.

Campbell, F. K. (2008). *Exploring internalized ableism using critical race theory*. *Disability & Society*, 23(2), 151–162. <https://doi.org/10.1080/09687590701841190>

Cardano, M. (2017). *Manual de pesquisa qualitativa: A contribuição da teoria da argumentação* (E. R. Conill, Trad.). Vozes.

Catala, A. (2023, April 11). *Understanding neurodiversity, unlearning neuronormativity*. *Blog of the APA*. <https://blog.apaonline.org/2023/04/11/understanding-neurodiversity-unlearning-neuronormativity/>

Désormeaux-Moreau, M. (2024). *Saberes sobre o autismo e saberes autistas: Reflexão sobre as questões epistemológicas e as injustiças epistêmicas que caracterizam a pesquisa e o conhecimento no campo do autismo*. *Cahiers franco-latino-américains d'études sur le handicap*, (2). [https://dx.doi.org/10.56078/cfla\\_discapacidad.373](https://dx.doi.org/10.56078/cfla_discapacidad.373)

Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: A vontade de saber* (M. T. da C. Albuquerque & J. A. G. Albuquerque, Trans.). Edições Graal. (Original work published 1976)

Fricker, M. (2007). *Epistemic injustice: Power and the ethics of knowing*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198237907.001.0001>

Hervas, Amaia, & Pont, Carlota. (2020). Desarrollo afectivo-sexual en las personas con trastornos del espectro autista. *Medicina* (Buenos Aires), 80(Supl. 2), 7-11. Recuperado en 09 de mayo de 2026, de [https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0025-76802020000200003&lng=es&tlng=es](https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0025-76802020000200003&lng=es&tlng=es).

Kristeva, J. (1982). *Powers of horror: An essay on abjection*. Columbia University Press.

Lo Bosco, M. C. (2023). ‘Bodies that never grow’: How psychiatric understanding of autism spectrum disorders affects autistic people's bodily experience of gender, ageing, and sexual desire. *Journal of Aging Studies*, 64, Article 101110. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36868614/>

Louro, G. L. (2000). *Pedagogias da sexualidade*. In G. L. Louro (Ed.), *O corpo educado* (2nd ed., pp. 7–24). Autêntica.

Maia, A. C. B. (2011). *Inclusão e sexualidade: Na voz de pessoas com deficiência física*. Juruá.

- Maia, A. C. B., & Ribeiro, P. R. M. (2010). *Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências*. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 16(2), 159–176. [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382010000200002&lng=pt&tlng=pt](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382010000200002&lng=pt&tlng=pt)
- Marinho, R. J. S. (2025). Entre o altar e o corpo abjeto: um ensaio fenomenológico sobre religiosidade, sexualidade e autismo. PLURA, Revista De Estudos De Religião PLURA, Journal for the Study of Religion, 16(2), e160223. Recuperado de <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/2470>
- Marinho, R. J. S. (2026). *O autista cresce: Desvendando a sexualidade e a educação sexual de jovens autistas* (Dissertação de mestrado). Universidade Salgado de Oliveira.
- McRuer, R. (2021). *Teoría crip: Signos culturales de lo queer y de la discapacidad*. Kaótica Libros.
- Mello, A. G. D. (2016). *Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: Do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21, 3265–3276. <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>
- Milton, D. E. (2012). *On the ontological status of autism: The 'double empathy problem'*. *Disability & Society*, 27(6), 883–887. <https://doi.org/10.1080/09687599.2012.710008>
- Otoni, A. C. V., & Maia, A. C. B. (2019). *Considerações sobre a sexualidade e educação sexual de pessoas com transtorno do espectro autista*. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 14(esp. 2), 1265–1283. <https://doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.2.12575>
- Souza, Q., & Quandt, C. (2008). *Metodologia de análise de redes sociais*. In F. Duarte, C. Quandt, & Q. Souza (Orgs.), *O tempo das redes* (pp. 31–63). Perspectiva.
- Walker, N., & Raymaker, D. M. (2021). *Toward a neuroqueer future: An interview with Nick Walker*. *Autism in Adulthood*, 3(1), 5–10. <https://doi.org/10.1089/aut.2020.29014.n>